

EUGENIA E A BIOPOLÍTICA DO PRESTÍGIO: REDES LUSO-BRASILEIRAS (1918–1930)*

Daniel Florence Giesbrecht¹

RESUMO

Este artigo examina a rede luso-brasileira de eugenia entre 1918 e 1930, tomando como eixo as cartas, os impressos e os congressos que ligaram Renato Kehl e Antônio Mendes Correia. Argumenta-se que tais intercâmbios não se limitam à circulação de ideias, mas constituíram tecnologias simbólicas de consagração, onde prestígio e autoridade funcionaram como capital científico. As cartas revelaram estratégias de reconhecimento recíproco, os periódicos e livros materializaram hierarquias de legitimidade e os congressos projetaram divergências como parte de uma política comum de regeneração. A noção de biopolítica do prestígio é mobilizada para mostrar que a ciência operava como linguagem de poder, em que o reconhecimento era tão decisivo quanto o argumento. Longe de simples decalque de modelos centrais, a rede transatlântica articulou filtros católicos, memórias coloniais e ansiedades em torno da mestiçagem. Conclui-se que, nesse processo, Brasil e Portugal construíram formas próprias de inscrição eugênica, cuja herança permanece como advertência crítica.

Palavras-chave: Eugenia; Biopolítica do Prestígio; História da Ciência; Redes Transatlânticas; História Intelectual.

EUGENICS AND THE BIOPOLITICS OF PRESTIGE: LUSO-BRAZILIAN NETWORKS, 1918-1930

ABSTRACT

This article examines the Luso-Brazilian eugenics network between 1918 and 1930, focusing on the letters, publications, and congresses that linked Renato Kehl and Antônio Mendes Correia. It argues that these exchanges went beyond the circulation of ideas, functioning as symbolic technologies of consecration in which prestige and authority operated as scientific capital. Letters reveal strategies of reciprocal recognition, journals and books materialized hierarchies of legitimacy, and congresses projected divergences as part of a shared politics of regeneration. The notion of a biopolitics of prestige is employed to show how science operated as a language of power, where recognition was as decisive as argument. Far from being a mere imitation of central models, the transatlantic network articulated Catholic filters, colonial memories, and anxieties over miscegenation. The article concludes that Brazil and Portugal forged their own forms of eugenic inscription, whose legacy endures as a critical warning.

Keywords: Eugenics; Biopolitics of Prestige; History of Science; Transatlantic Networks; Intellectual History.

Introdução

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários por meio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela bolsa de doutoramento 2021.04805.BD.

¹ Doutorando em História Contemporânea na Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) e Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Letras (FLUC), ambos na Universidade de Coimbra. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>. Contato: daniel.giesbrecht@uc.pt

Em 1918, entre os escombros ainda incandescentes da Primeira Guerra Mundial, dois gestos institucionais aparentemente distantes, mas profundamente conectados, inscreveram-se no horizonte científico do Atlântico Sul. No Brasil, Renato Kehl fundava a Sociedade Eugênica de São Paulo, propondo disciplinar sob a égide da biologia os destinos de uma nação mestiça (Souza, 2008, p. 150-153). Em Portugal, António Mendes Correia, recém-projetado como figura central da antropologia portuense, organizava a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), conferindo ao império luso um saber racial próprio, destinado a articular ciência e colonialismo (Matos, 2023, p. 68-83). A coincidência cronológica não é fortuita e revela um mesmo sintoma: a urgência regeneracionista que atravessava elites intelectuais em diferentes contextos periféricos, para as quais a eugenia, a higiene e a antropologia física se constituíam em linguagens privilegiadas de governo da vida.

Neste artigo, proponho examinar a rede luso-brasileira de eugenia entre 1918 e 1930, privilegiando o eixo transatlântico das cartas, publicações e congressos que ligaram Renato Kehl, António Mendes Correia e seus interlocutores. Parto da conjectura de que essas redes não se limitam à troca de ideias ou ao intercâmbio formal de textos científicos, mas devem ser compreendidas como tecnologias simbólicas de consagração e prestígio, inscritas em um regime de verdade que articulava ciência, política e moralidade. As correspondências e dedicatórias, os prefácios e resenhas, bem como as intervenções em congressos, funcionaram como operadores de reconhecimento, em que a ciência se fazia tanto pelo argumento quanto pelo nome, pelo capital simbólico acumulado e redistribuído na circulação de documentos.

O argumento se estrutura em três hipóteses centrais. A primeira é a de que a correspondência epistolar deve ser lida não somente como registro documental, mas como dispositivo performativo, capaz de investir interlocutores em posições de autoridade científica e consolidar alianças estratégicas em sociedades marcadas pela instabilidade institucional. A segunda hipótese sustenta que as publicações periódicas, no Brasil e em Portugal, constituíram arenas onde se legitimavam não apenas dados científicos, mas sobretudo hierarquias de prestígio, visíveis em listas de sócios, relatórios administrativos, homenagens e notas de recepção. A terceira hipótese é a de que os congressos da década de 1920 — em particular o Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, no Rio de Janeiro, onde Kehl evocou as leis de esterilização norte-americanas e a *Rassenhygiene* alemã como modelos — foram palcos

privilegiados daquilo que denomino biopolítica do prestígio², em que a autoridade científica se entrelaçava à legitimação política e à promessa de regeneração nacional.

Se a historiografia clássica sobre a eugenia, notadamente a contribuição seminal de Nancy Stepan em *The Hour of Eugenics* (1991), privilegiou a análise doutrinária e as adaptações ideológicas da “linguagem eugênica” nos contextos latino-americanos, este artigo busca deslocar o eixo da investigação. Propõe-se, aqui, menos um estudo sobre o conteúdo das ideias e mais uma arqueologia dos processos pelos quais essas ideias ganharam autoridade e se inscreveram em um regime de verdade transatlântico. É precisamente nesse interstício — entre a circulação de conceitos e a fabricação de consensos científicos — que a noção de biopolítica do prestígio visa preencher uma lacuna analítica. Ao focar nas tecnologias simbólicas de consagração (cartas, impressos, congressos), argumenta-se que o prestígio funcionou não como pano de fundo, mas como mecanismo central na constituição de uma rede luso-brasileira cuja eficácia dependia tanto do reconhecimento mútuo quanto da solidez de seus argumentos.

O objetivo central deste artigo é demonstrar como, na década de 1920, se arquitetou um regime transatlântico de enunciação eugênica, no qual Brasil e Portugal, longe de atuarem como meros receptores passivos de ideias estrangeiras, construíram formas próprias de inscrição discursiva. Essa rede não pode ser descrita como simples decalque de modelos anglo-saxões ou germânicos. Ela funcionou como trama pragmática, permeada por filtros católicos, por memórias coloniais e por ansiedades ligadas à mestiçagem e à instabilidade política.

A estrutura do artigo organiza-se em quatro movimentos. O primeiro examina as cartas como dispositivos de autoridade, evidenciando como Kehl e Mendes Correia se investiam mutuamente de legitimidade científica. O segundo discute os silêncios e as temporalidades da correspondência, mostrando como ausências, defasagens e arquivamento também constituíam práticas de consagração. O terceiro analisa os impressos — periódicos, coleções e materialidade editorial — como arenas públicas de legitimação, nas quais nomes,

² Uso aqui a expressão “biopolítica do prestígio” como conceito operatório próprio, construído a partir da articulação entre diferentes matrizes teóricas. Inspiro-me, por um lado, na noção de biopolítica formulada por Michel Foucault (2008), nas reflexões de Pierre Bourdieu (2004), especialmente com sua concepção de capital simbólico e sua aplicação ao campo científico, e, por fim, na análise de Lorraine Daston e Peter Galison (2021) sobre os regimes históricos de objetividade científica, entendidos como práticas normativas performadas por discursos, gestos e dispositivos materiais. A “biopolítica do prestígio” designa, assim, a dimensão estratégica da produção científica e eugênica como disputa simbólica pelo poder de enunciar a verdade sobre os corpos, as “raças” e os destinos nacionais, sobretudo quando tal disputa é operada por intelectuais situados em contextos periféricos, que mobilizam redes epistolares, congressos, publicações e sociedades científicas como máquinas de legitimação.

selos e formatos se convertem em instrumentos de autoridade. O quarto aborda os congressos como palcos de visibilidade, com ênfase no Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 e na inscrição de Portugal no circuito internacional. A conclusão retoma o argumento de que a rede eugênica luso-brasileira funcionou como tecnologia simbólica de poder, instaurando uma poética da regeneração que articula ciência, moralidade e memória, projetando sua herança nas décadas seguintes.

A carta como dispositivo de autoridade

Se a introdução dos projetos eugênicos em Portugal e no Brasil revelou um impulso comum de regeneração, foi sobretudo na prática epistolar que esse ímpeto ganhou densidade e permanência. As cartas constituíram o primeiro e mais duradouro mecanismo de consagração recíproca, atravessando fronteiras nacionais e linguísticas. Nesse terreno, destacaram-se Renato Kehl, médico e principal propagandista da eugenia no Brasil, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, e António Mendes Correia, médico e antropólogo português, diretor da Escola de Antropologia do Porto e articulador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Ao longo da década de 1920, ambos construíram, por meio desse intercâmbio, uma rede de legitimidade transatlântica que ultrapassava a mera troca de informações. Cada epístola funcionava como moeda simbólica, acumulando capital científico e redistribuindo-o segundo as regras de um campo que, nas periferias ibéricas, carecia de reconhecimento internacional. Como sustenta Pierre Bourdieu, o campo científico é um espaço de lutas pelo monopólio da autoridade legítima, e o prestígio é tanto produto quanto instrumento dessas disputas (BOURDIEU, 2004).

A correspondência entre Kehl e Correia confirma essa lógica. Em 1923, o antropólogo português escreveu ao colega brasileiro: “Estimo, prezado colega, que as minhas ideias possam encontrar eco em vosso respeitável juízo científico. A causa que nos une é maior do que nossos limites nacionais” (MENDES CORREIA, 1923). A formulação não é mero ato de cortesia. Ela investe Kehl na condição de parceiro autorizado, vinculando-o a um projeto de ciência luso-brasileira que pretendia afirmar-se frente ao eixo anglo-germânico. O texto da carta explicita o movimento de consagração mútua, pelo qual o português confere legitimidade ao brasileiro e, ao mesmo tempo, reforça sua própria imagem de liderança.

Esse caráter performativo ganhava corpo quando as cartas transbordavam para além do espaço privado. Muitas eram lidas em sessões de sociedades científicas, mencionadas em relatórios anuais ou arquivadas como testemunhos de alianças estratégicas. Assim, uma epístola pessoal podia converter-se em documento público, expandindo seu alcance simbólico.

Kehl explorava esse mecanismo de maneira singular. Frequentemente divulgava trechos elogiosos em jornais e revistas, multiplicando o efeito de autoridade que recebia de seus correspondentes e críticos. O periódico *Brazil-Médico*, por exemplo, ao comentar o lançamento de *Lições de Eugenia*, afirmava que o Prof. Eugen Fischer, diretor do *Kaiser Wilhelm Institut*, acabava de dirigir uma carta ao Dr. Renato Kehl saudando-o pelo “grande serviço à Eugenia justamente num país como o Brasil onde ele é extraordinariamente útil” (BRAZIL-MÉDICO, 1929, p. 1131). Na mesma linha, João Ribeiro escrevia no *Jornal do Brasil* que a obra constituía “uma exposição metódica, escrita com absoluta clareza e grande excelência de método” (JORNAL DO BRASIL, 1929).

Do outro lado do Atlântico, Mendes Correia dirigia-se a Kehl em termos igualmente efusivos ao receber mais uma obra do seu colega brasileiro:

Recebi com vivíssimo prazer e sincero sentimento o seu belo livro [nesse caso, *Bíblia da Saúde*], pelo qual o felicito com toda a efusão e com os mais calorosos aplausos. [...] Obra deveras notável e sugestiva, onde soube emanar magistralmente os múltiplos aspectos do problema eugênico, com tanta proficiência técnica e num brilho literário surpreendentes (MENDES CORREIA, 1926).

Em Portugal, Mendes Correia operava em registro diverso. Convertia a correspondência em matéria de gestão institucional e a mobilizava para sustentar a centralidade da SPAE. Quando lhe interessava a visibilidade pública da Sociedade, fazia entrar o intercâmbio nas páginas do periódico da instituição, como no anúncio da eleição de Renato Kehl como sócio correspondente, registro que funcionou como selo de prestígio e prova de alcance transatlântico (SPAE, 1923, p. 353). Em outras ocasiões, mantinha a carta no circuito privado, mas não menos estratégica. Em missiva de 1926, informa a Kehl remessas a Edgard Roquette-Pinto e Oliveira Vianna e solicita que o brasileiro “reforce os votos” junto a ambos, revelando o uso deliberado das redes cariocas como alavanca de legitimidade para o Porto (MENDES CORREIA, 1926).

Em dezembro de 1925, em carta preservada no Fundo Renato Kehl e redigida em papel timbrado do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, pede apoio para penetrar

no mercado editorial brasileiro com *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, mencionando livrarias e contatos no Rio (MENDES CORREIA, 1925). O timbre oficial funciona como prolongamento de sua autoridade: mais do que simples suporte gráfico, inscreve a voz do antropólogo no campo da ciência legitimada, convertendo uma carta pessoal em ato de poder simbólico. O gesto de remeter livros e pedidos sob este selo mostra como a rede luso-brasileira de eugenistas se alimentava de credenciais formais, em que cada documento transportava consigo a aura de uma instituição.

FIGURA 1 – PAPEL TIMBRADO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



Fonte: Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl, s/d.

Assim, quando Kehl multiplicava efeitos de autoridade por meio de recortes na imprensa, Correia institucionalizava o prestígio ora pela vitrine dos *Trabalhos da SPAE* (veículo de divulgação oficial da instituição), ora pela engenharia silenciosa das cartas, em que pedidos, dedicatórias e nomes de peso eram mobilizados como capital em trânsito controlado entre o Porto e Rio de Janeiro.

Temporalidades e silêncios da correspondência

Se a carta operava como dispositivo de autoridade direta, também produzia efeitos mais sutis, ligados tanto às escolhas de menção e omissão quanto ao modo como sua eficácia se estendia no tempo. Não era apenas o que se dizia que contava, mas também o que se calava,

o momento em que se escrevia e a maneira como o documento era preservado ou mobilizado posteriormente. Como lembram Derrida (2001) e Stoler (2009), o arquivo não se limita a conservar, mas institui silêncios, molda presenças e projeta futuros possíveis. Esse conjunto de dimensões — ausências, temporalidades diferidas e memória arquivada — revela um segundo nível de performatividade epistolar, menos visível que a troca explícita de elogios, mas igualmente decisivo para a arquitetura de prestígio.

Os silêncios constituem talvez o aspecto mais intrigante. Embora tanto Kehl quanto Mendes Correia fossem leitores atentos de autores alemães, franceses e norte-americanos, nomes como Charles Davenport, Alfred Ploetz ou mesmo Charles Richet aparecem muito mais em conferências, livros e artigos do que nas cartas pessoais. Nas epístolas, a ênfase recai sobre aliados de proximidade, como Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Júlio Dantas ou Ricardo Jorge. Essa escolha não é casual. Segundo Trouillot (1995), o silêncio não é simples ausência de informação, mas prática ativa de poder, que organiza hierarquias e define quem deve ou não ser lembrado. Ao evitar referências diretas a autoridades internacionais, a correspondência reforçava o caráter bilateral da relação e consolidava uma comunidade científica imaginada entre Brasil e Portugal.

Correia, por exemplo, nomeava em suas cartas figuras cariocas influentes, mas mantinha discrição em relação a alemães ou norte-americanos que, em outros contextos, eram fundamentais para sua legitimação. Kehl, de forma semelhante, exaltava em congressos e artigos a influência das leis de esterilização norte-americanas, mas raramente trazia esse tema para a intimidade epistolar com Correia. A correspondência não funcionava como espaço de debate técnico detalhado, mas como arena de reciprocidade e cálculo simbólico. O que não se dizia era tão eloquente quanto o que se registrava.

Outro aspecto central é o tempo diferido da carta. Ao contrário do jornal, que busca a imediatividade, a carta produzia efeitos que muitas vezes só se concretizavam meses depois. Um pedido de apoio ou a remessa de um livro não resultavam em impacto instantâneo, mas em desdobramentos posteriores que podiam se materializar em uma citação em periódico, em uma menção em ata ou em um prefácio em edição futura. Esse descompasso aparece de forma clara no episódio em que Kehl recebeu de Mendes Correia o livro *Raça e Nacionalidade*³ em junho

³ Publicado em 1919, *Raça e Nacionalidade* consolidou Mendes Correia como figura central da antropologia portuguesa. O livro buscava articular ciência e política, defendendo que a identidade nacional lusa só poderia ser compreendida a partir da análise racial da população. Nele, o autor projetava a antropologia como disciplina estratégica para sustentar a unidade interna e legitimar a vocação imperial de Portugal.

de 1923 e só respondeu em dezembro, quando enviou ao colega português *A Cura da Fealdade*, já lançado e em plena circulação (CORREIA, 1923; KEHL, 1923a). A demora não significava desatenção, mas cálculo, pois Kehl preferiu associar sua resposta ao prestígio imediato de uma nova obra, transformando a reciprocidade epistolar em gesto de consagração literária.

Esse caráter de longa duração também se manifesta na dimensão arquivística. A preservação das cartas em acervos institucionais ou familiares converteu correspondência privada em patrimônio documental. O que no início era registro de amizade ou cortesia tornou-se, com o tempo, testemunho oficial de alianças científicas. Esse processo não é neutro, como advertiu Farge (2011), pois confere às cartas um estatuto de memória autorizada, capaz de legitimar retrospectivamente a centralidade de seus autores. Guardar, citar e republicar epístolas significava consolidar uma narrativa que sobrevivia ao próprio ciclo vital dos interlocutores.

Essa análise permite relativizar a ideia de que a correspondência científica serve apenas como fonte auxiliar para reconstruir trajetórias intelectuais. No caso luso-brasileiro, ela deve ser lida como tecnologia que atua em três registros simultâneos, ou seja, como dispositivo de autoridade direta, como arena de silêncios estratégicos e como mecanismo de temporalidade diferida. Como demonstram Goldgar (1995) e Latour (2000), a carta científica não é simples documento, mas prática constitutiva de redes de legitimidade, em que o dito e o não dito, o imediato e o diferido, desempenham funções estratégicas. Ao reunir esses registros, percebe-se que a carta é menos um artefato passivo e mais uma engrenagem ativa da biopolítica do prestígio, capaz de ordenar o que pode ser enunciado, o que deve ser silenciado, quando deve ser ativado e como deve ser preservado. Essa plasticidade ajuda a entender por que tanto Kehl quanto Mendes Correia recorreram com tanta insistência à prática epistolar, que funcionava não apenas como meio de comunicação, mas como parte constitutiva do regime de verdade que buscavam instaurar.

Impressos como arenas de legitimação

Se as cartas constituíam engrenagens de consagração recíproca, os periódicos e os livros funcionavam como vitrines públicas dessa economia de reconhecimento. No espaço impresso, o capital simbólico acumulado nas trocas epistolares era convertido em legitimidade visível, alcançando leitores, instituições e circuitos científicos mais amplos. No Brasil e em

Portugal, o entrelaçamento entre revistas, boletins e volumes monográficos criou um regime de visibilidade no qual nomes, listas e dedicatórias se transformavam em operadores de autoridade.

a) Periódicos como espaços de autoridade científica

Enquanto a carta operava em esfera privada, o periódico ampliava o alcance dessa lógica e se afirmava como instrumento público de legitimação. No Brasil, a criação do *Boletim de Eugenia* em 1929 marcou a tentativa de Renato Kehl de dotar o movimento de um veículo próprio, que funcionasse, ao mesmo tempo, como repositório doutrinário e como vitrine de alianças (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, p. 1). A publicação não se limitava a reunir artigos técnicos ou traduções, mas construía uma narrativa de circulação internacional ao estampar nomes estrangeiros e registrar adesões simbólicas. Cada menção, mesmo breve, equivalia a um selo de pertencimento ao campo eugenista, ampliando a autoridade de Kehl e de seus colaboradores.

O critério de seleção, entretanto, foi marcado por escolhas políticas. O *Boletim* privilegiou referências à *Rassenhygiene* alemã, à eugenia norte-americana e ao debate espanhol, com destaque para nomes como Eugen Fischer e Jiménez de Asúa. A ausência de portugueses é notável e deve ser compreendida à luz do contexto político luso, ficando restrita a somente duas publicações do médico Júlio Dantas. Após 1926, o regime português estreitou vínculos com a Igreja Católica e reforçou mecanismos de controle moral, o que reduziu a margem para a vulgarização da eugenia em veículos de ampla circulação. Como observa Richard Cleminson, a eugenia passou a ser enquadrada como “questão de Estado”, mas sob uma gramática católica e imperial que deslocava o debate para plataformas tuteladas, como congressos, cursos universitários e relatórios institucionais. A propaganda aberta de conteúdo mais radicalizado, sobretudo em periódicos de vulgarização, tornava-se arriscada e sujeita a podas e censuras (CLEMINSON, 2014, p. 56-59; 100-102; 211-213).

Essa atmosfera de contenção surge de maneira convincente anos mais tarde, em carta de Almerindo Lessa a Renato Kehl. O médico português relatava a dificuldade de publicar páginas eugênicas em jornais, a intervenção de censores que barravam edições após poucas tiragens e até ordens superiores que determinavam a apreensão de materiais impressos. Mencionava ainda o veto a conferências e o suposto boicote à criação de uma “liga luso-brasileira de profilaxia social”, o que revelava que a interdição não se restringia a iniciativas

isoladas, mas configurava um padrão de vigilância permanente (LESSA, 1934). Embora posterior, esse testemunho ilumina as razões pelas quais, já no final da década de 1920, os nomes portugueses quase não apareciam no *Boletim de Eugenia*. O silêncio, nesse caso, não indicava falta de diálogo, mas refletia a transferência da cooperação para esferas menos expostas à censura, como a correspondência privada ou os periódicos especializados de circulação restrita.

No Brasil, em contraste, havia maior abertura para a propaganda impressa. O *Boletim* funcionava como extensão das campanhas de vulgarização e de uma pedagogia eugênica dirigida a médicos, professores e à opinião pública. Ao registrar notícias de congressos, traduzir artigos estrangeiros e divulgar pareceres de especialistas, a publicação construía uma comunidade imaginada de leitores que reconheciam a autoridade de Kehl e de sua rede. O impresso articulava reconhecimento externo e legitimação interna, projetando a eugenia como ciência aplicada ao destino nacional.

O espaço do periódico era, portanto, lugar de legitimação coletiva, onde nomes e citações circulavam como capital simbólico. Mas a consolidação de autoridade não se restringia a essa vitrine. Paralelamente, os livros e seus paratextos — dedicatórias, prefácios e resenhas — ofereciam um aparato mais seletivo e personalizado, em que a consagração se materializava em gestos individuais de reconhecimento.

b) As coleções e séries editoriais

Outra estratégia relevante de consagração foi inserir as obras em coleções temáticas e séries editoriais, em vez de lançá-las isoladamente. Intelectuais como Renato Kehl e seus interlocutores publicaram livros dentro de séries de higiene, bibliotecas de divulgação científica ou até em coleções ligadas a associações, inclusive católicas, ampliando assim sua circulação simbólica. A lógica da coleção funcionava como um selo coletivo de autoridade, distinto da mera assinatura individual do autor.

No Brasil dos anos 1920-30, manuais eugênicos chegaram a integrar séries educacionais oficiais, como mostra o livro *Brasil Eugênico* de Ulysses Freire, publicado em 1932 pela Casa Siqueira dentro da “Coleção Caetano de Campos” e da “Série Eugênica” aprovada pelo sistema de ensino de São Paulo (BONFIM, 2019, p. 13). De modo semelhante, obras de Kehl enquadraram-se em coleções de medicina e higiene doméstica, caso de sua

volumosa *Bíblia da Saúde*, que ostentava o selo da “Biblioteca de Medicina Doméstica” e sinalizava ao leitor tratar-se de um compêndio autorizado no campo sanitário (KEHL, 1926). Essas coleções conferiam prestígio e difundiam as ideias a públicos amplos.

Em Portugal, António Mendes Correia também se beneficiou de circuitos editoriais coletivos: ele publicou seu *Raça e Nacionalidade* pela editora da Renascença Portuguesa, ligada ao movimento cultural portuense de alta credibilidade intelectual (MENDES CORREIA, 1919). A Renascença, assim como editoras universitárias e científicas como a Imprensa da Universidade do Porto, inseriu as obras de Mendes Correia num repertório de “alta cultura”.

Em síntese, ao publicar em coleções e séries, esses autores se escoravam em um capital simbólico coletivo, fosse a chancela científica de uma coleção de higiene popular, a rede católica de divulgação moral ou o aval de uma associação intelectual, o que ampliava a autoridade de seus livros perante o público.

c) A materialidade do livro

A forma física e os elementos gráficos dos livros — capas, formato, tipo de encadernação, qualidade do papel — também desempenharam papel decisivo na estratégia de alcance desses autores. A materialidade editorial era pensada para atender a diferentes segmentos de público, combinando prestígio e popularização.

No caso de coleções voltadas à higiene e à ciência popular, investiu-se em edições atraentes e acessíveis. Livretos de vulgarização eram produzidos em formato de brochura barata, com visual amigável, abundância de ilustrações e linguagem simplificada, tudo pensado para difundir preceitos científicos junto ao grande público (LAURETTI, 2017). Essas características materiais buscavam conferir às obras um caráter popular, distinto das edições volumosas e eruditas, ampliando sua recepção para além dos círculos acadêmicos.

Renato Kehl dominou essa arte de variar a materialidade conforme o alvo. Ele explorou tanto o prestígio de edições luxuosas quanto a ampla circulação de edições econômicas. Sua *Bíblia da Saúde* — um compêndio de quase 500 páginas — saiu em volume encadernado de luxo, custando bem mais caro que seus folhetos de aconselhamento prático. Um comparativo da época mostra que o opúsculo de Kehl *Como escolher uma boa esposa?* era vendido a preço módico — cerca de 4\$000 réis, ao passo que a encadernação de luxo da *Bíblia*

da Saúde custava mais que o triplo — aprox. 14\$000 réis (FUNDO RENATO KEHL, Recortes de propaganda de obras, CDHS-Fiocruz, [s.d.]).

Essa estratégia permitia oferecer desde obras volumosas e sofisticadas, direcionadas a educadores e “homens de ciência”, até livrinhos de vulgarização voltados às famílias e jovens. Como bem observou um crítico contemporâneo, Kehl deliberadamente preferia “fazer obra mais modesta, mas sem dúvida mais útil, mais meritória e de muito mais alta significação social” em vez de escrever apenas para as elites (Autor desconhecido, FUNDO RENATO KEHL, CDHS-Fiocruz, [s.d.])⁴. Essa consciência se refletia também na apresentação física de seus livros. *A Fada Hygia* (KEHL, 1923b), por exemplo, saiu em formato acessível, com inúmeras gravuras e tiragens de milhares de exemplares, visando atingir escolas e crianças de várias classes.

FIGURA 2 – CAPA DE *A FADA HYGIA*



Fonte: Acervo do autor, 2025.

⁴ Esse elogio anônimo deve ser entendido no contexto mais amplo da vulgarização científica no Brasil dos anos 1920–30. Críticas e anúncios sem autoria eram comuns em jornais e revistas, funcionando como paratextos publicitários que buscavam legitimar a obra diante de públicos heterogêneos. A ausência de assinatura não diminui seu peso simbólico, pelo contrário, reforça o caráter de “voz coletiva” que falava em nome de uma comunidade de leitores e de uma opinião pública imaginada. Como observa Roger Chartier, os impressos da época combinavam texto, materialidade e recepção em uma prática social indissociável, em que até os fragmentos anônimos tinham capacidade performativa de atribuir valor e autoridade a um autor ou a uma ideia (CHARTIER, 2002).

Em contraste, autores como Mendes Correia permaneceram no registro de alta cultura material. Suas publicações ocorreram por meio de editoras acadêmicas ou institucionais, com tiragens limitadas e acabamento sóbrio. Como dito, Correia publicava por casas como a Renascença Portuguesa ou imprensas universitárias, o que projetava sua obra num circuito erudito, porém sem apelo de massa.

Assim, a materialidade editorial serviu de ferramenta de circulação diferenciada. Kehl pôde transitar entre o luxo e o popular para maximizar seu público, enquanto Mendes Correia manteve uma postura editorial mais restrita aos círculos científicos e universitários. Capas atraentes, selos editoriais respeitáveis e formatos — do livro de luxo à cartilha barata — foram elementos carregados de significado social. Um mesmo conteúdo podia adquirir aura de tratado prestigioso ou de manual prático para o povo, dependendo de como era materialmente apresentado. Essa dimensão material complementava as estratégias de coleção e de paratexto na consagração (ou contestação) dos livros no campo científico-cultural da época.

Congressos e a inscrição internacional da eugenia luso-brasileira

A excursão de Renato Kehl à Alemanha em 1928, noticiada com destaque por *O Jornal* em 18 de setembro daquele ano, não foi um mero episódio biográfico, mas uma operação estratégica de acumulação de capital científico. O contato direto com a *Rassenhygiene* alemã, então na vanguarda dos estudos biológicos, forneceu a Kehl um lastro de autoridade internacional decisivo para o embate que se avizinhava. Esse capital simbólico foi imediatamente percebido e saudado por seus pares. Em setembro de 1928, Antônio Mendes Correia escrevia-lhe, sublinhando a utilidade do contato com a Alemanha e insinuando a conveniência de atrelar essa experiência à cena carioca, manifestando vivo interesse pelo Congresso de Eugenia previsto para o próximo ano no Brasil, que via como “um marco para a afirmação internacional do movimento brasileiro” e “potencialmente proveitoso também para Portugal” (MENDES CORREIA, 1928)⁵. Dessa forma, a viagem funcionou como um prólogo

⁵ A carta de Mendes Correia demonstra uma dimensão frequentemente negligenciada pela historiografia que insiste em caracterizar o antropólogo e médico do Porto como expoente de uma suposta eugenia “latina”, “positiva” ou “preventiva”. O elogio enfático à Alemanha como “vanguarda dos estudos biológicos e eugênicos” mostra que, já no final da década de 1920, Correia não apenas acompanhava de perto a *Rassenhygiene*, mas também a tomava como referência de prestígio. O contraste entre esse reconhecimento explícito e a leitura que tende a suavizar sua posição ilustra a necessidade de rever as fronteiras conceituais que separam artificialmente as eugenias do sul das práticas mais radicais do norte europeu.

performático, pois a autoridade conquistada no exterior seria o trunfo central que Kehl traria para o palco doméstico do primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, proposto por Miguel Couto, como parte das comemorações pelo centenário da Academia Nacional de Medicina. Nesse evento, a radicalização do discurso de Kehl não se sustentaria apenas em argumentos, mas no prestígio recém-adquirido e publicamente ostentado.

Poucos meses depois, em junho de 1929, Kehl lançava *Lições de Eugenia*, concebido como manual e manifesto, síntese doutrinária e preparação para o evento. O livro defendia explicitamente a esterilização e a interdição matrimonial em tom mais prescritivo que obras anteriores. Em Portugal, sua circulação reforçava o prestígio da rede luso-brasileira, já que um exemplar foi entregue pessoalmente a Mendes Correia por Ricardo Jorge, o mais influente higienista português da época (MENDES CORREIA, 1930).

O Congresso, realizado na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro entre 30 de junho e 7 de julho de 1929, foi o maior palco de intensificação da propaganda eugênica no Brasil. Reuniu funcionários governamentais, especialistas médicos e visitantes estrangeiros em torno de temas como casamento, educação, “raça”, nacionalidade, tipologia racial, genealogia, imigração, doenças venéreas, biometria e puericultura (PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 5-6).

O evento funcionou como arena de disputas entre diferentes modos de imaginar a eugenia. A conferência de Kehl, intitulada *A Eugenia no Brasil*, condensava o momento mais duro de sua trajetória. Apoiado em exemplos estrangeiros — leis de esterilização norte-americanas, debates escandinavos, eugenia alemã —, defendia a urgência de um programa nacional: “a educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões [...] preso a uma força que o subjuga biologicamente [...] a hereditariedade” (KEHL, 1929, p. 47). O discurso reduzia heranças complexas a transmissões mendelianas simplificadas, justificando estratégias de apartação biopolítica.

O contraste tornava-se nítido diante da conferência de Edgard Roquette-Pinto, apresentada sob o título *Nota Sobre os Tipos Antropológicos do Brasil* (ROQUETTE-PINTO, 1929). Nela, o diretor do Museu Nacional reafirmava a tradição da antropologia física, apoiada em medições, índices cefálicos e classificações populacionais. Sua posição deslocava-se do terreno da hereditariedade mendeliana simplificada, mobilizada por Kehl, para o da descrição empírica da diversidade brasileira.

Longe de diagnosticar degenerescência, Roquette-Pinto defendia que a população mestiça não revelava sinais de declínio biológico, e que as fragilidades nacionais residiam na doença, na pobreza e na ausência de educação. A divergência entre ambos, já examinada por Vanderlei Sebastião de Souza no trabalho *Em Busca do Brasil* (Souza, 2019), expressava não apenas diferenças de opinião, mas também de campos científicos, pois enquanto Kehl operava com uma genética normativa voltada para a intervenção, Roquette-Pinto acreditava numa antropologia cautelosa, que atribuía ao meio social, e não à “raça”, as causas da precariedade nacional.

Entre essas duas posições, emergia a fala de Fróes da Fonseca. Sua conferência *Os Grandes Problemas da Antropologia* (FRÓES DA FONSECA, 1929) defendia a necessidade de uma antropologia científica que articulasse morfologia, fisiologia e psicologia. Fróes não recusava a eugenia, mas criticava as soluções simplistas e os determinismos rígidos. Foi nesse contexto que mencionou o livro *Homo* (1921), de Mendes Correia, descrevendo-o como obra de fôlego, “monumento de erudição”, mas, ao mesmo tempo, advertindo contra suas generalizações (FRÓES DA FONSECA, 1929, p. 73-74).

Fróes elogiava a envergadura intelectual do português, mas discordava de certas conclusões que, em sua leitura, forçavam paralelos excessivos. O gesto é revelador, pois o nome de Mendes Correia aparecia como capital simbólico, capaz de ser citado como referência mesmo quando suas teses eram relativizadas. A discordância não diminuía o prestígio, antes o reafirmava, já que evocá-lo era inscrever a própria fala no circuito internacional da antropologia.

Esse uso do nome de Mendes Correia também evidencia como funcionava a biopolítica do prestígio. No Congresso de 1929, citar o diretor da Escola do Porto significava ancorar o discurso brasileiro em tradições científicas europeias, mesmo que as conclusões divergissem. Kehl reivindicava sua amizade epistolar, Roquette-Pinto era sócio correspondente da SPAE desde 1926, Fróes citava-o como interlocutor crítico. O português tornava-se ponto de convergência, símbolo de legitimidade partilhado por campos diferentes. Essa circulação demonstra que a ciência não se fazia apenas por ideias, mas pelo reconhecimento recíproco, pela força simbólica de nomes e instituições.

Nesse mosaico, emergiam três modelos distintos: a eugenia negativa de Kehl, a eugenia preventiva e pedagógica de Roquette-Pinto e a antropologia integrativa de Fróes. Mendes Correia, mesmo ausente fisicamente, era convocado como autoridade, tornando-se

ponto de convergência simbólica. O Congresso de 1929 demonstrou que a ciência não se fazia somente de ideias, mas de nomes, citações e redes. A biopolítica do prestígio operava nesse terreno, em que o reconhecimento era tão decisivo quanto o argumento. Mais do que consensos ou fraturas, o encontro projetou a rede eugênica como arena de consagrações, onde a legitimidade se definia pela capacidade de converter divergências em discursos reconhecidos em um mesmo léxico científico.

Considerações Finais

Ao acompanhar o itinerário da rede eugênica luso-brasileira entre 1918 e 1930, torna-se evidente que a ciência, longe de ser mero espaço neutro de formulação de teorias, operou como arena de disputas simbólicas, atravessada por estratégias de consagração, alianças epistolares, jogos de silêncio e performances públicas. A análise das cartas, dos impressos e dos congressos revela que a eugenia não pode ser reduzida a um corpo homogêneo de ideias importadas, mas deve ser compreendida como prática social que produziu hierarquias, legitimou discursos e forjou pertenças. No caso em questão, o Brasil e Portugal, situados em posições periféricas no sistema científico internacional, investiram na construção de uma rede transatlântica que transformava cada gesto, cada citação e cada prefácio em atos de reconhecimento.

As cartas constituíram o primeiro pilar dessa engrenagem. Foram nelas que Renato Kehl e Antônio Mendes Correia ensaiaram uma comunidade científica imaginada, na qual a proximidade epistolar substituiu a distância geográfica e a fragilidade institucional. Mais do que meios de comunicação, as epístolas operaram como dispositivos performativos, investindo os interlocutores em papéis de autoridade e multiplicando efeitos de legitimidade. O elogio registrado, o silêncio calculado, o tempo diferido da resposta — tudo isso fazia parte de uma coreografia em que o prestígio era continuamente produzido e redistribuído. Não se tratava somente de dialogar, mas de consagrar e ser consagrado, num jogo em que a assinatura no papel carregava o peso de uma instituição inteira.

Os impressos, por sua vez, converteram em visibilidade pública aquilo que as cartas elaboravam em circuito restrito. O *Boletim de Eugenia*, os relatórios da SPAE e as coleções editoriais funcionaram como vitrines onde nomes e selos se transformavam em operadores de autoridade. A materialidade dos livros, ora luxuosa, ora popular, indicava que o projeto

eugênico não visava apenas convencer cientistas, mas moldar públicos distintos, das elites universitárias às famílias comuns. Nessa economia de prestígio, cada dedicatória, cada citação em periódico, cada inclusão em coleção educativa constituía um certificado simbólico que ampliava o alcance da rede. A ausência de portugueses no *Boletim* não significava ruptura, mas antes refletia as restrições impostas pela censura moral e política do regime luso, obrigando a cooperação a migrar para espaços mais discretos.

O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, foi palco onde as divergências teóricas se tornaram visíveis, mas onde o que mais importava era a capacidade de converter a palavra em capital simbólico. Kehl radicalizou a defesa da esterilização, Roquette-Pinto reafirmou uma antropologia empírica, Fróes defendeu uma antropologia integrativa, evocando Mendes Correia como referência, ainda que ausente. O nome do português funcionava como ponto de convergência simbólica, prova de que a rede transatlântica operava como circuito de legitimação mútua. O congresso demonstrou que a ciência se fazia tanto de argumentos quanto de nomes, tanto de dados quanto de autoridades convocadas.

A noção de biopolítica do prestígio permite compreender esse processo em toda a sua densidade. Diferente de uma leitura estritamente doutrinária da eugenia, que buscava coerência em teses científicas, essa perspectiva revela que o núcleo do projeto estava no modo como discursos se legitimavam uns aos outros, articulando autoridade científica, promessa política e moralidade social. O prestígio, nesse sentido, não era acessório, mas constitutivo, pois era a condição para que a ciência fosse ouvida, respeitada e transformada em programa de governo. A autoridade de Kehl no Brasil e a de Mendes Correia em Portugal não se sustentavam apenas em dados ou teorias, mas na circulação de cartas, no brilho editorial e nas menções em congressos que lhes conferiam estatuto de líderes intelectuais.

Esse regime simbólico teve consequências duradouras. Ao se apresentar como projeto de regeneração nacional, a eugenia inscreveu-se no imaginário político e cultural de Brasil e Portugal, moldando políticas de saúde, debates sobre imigração, concepções de raça e programas educacionais. Ainda que suas práticas tenham variado entre o radicalismo de Kehl e a prudência de Roquette-Pinto, entre a vulgarização popular e a erudição universitária, o fio comum foi a crença na ciência como linguagem de poder capaz de legitimar hierarquias sociais e justificar intervenções sobre corpos e populações. A poética da regeneração, construída entre cartas, livros e congressos, produziu efeitos concretos que ultrapassaram os anos 1920 e reverberaram nas décadas seguintes.

É justamente nesse ponto que sinto ser necessário ir além da descrição e assumir uma posição interpretativa. A rede eugênica luso-brasileira não apenas traduziu preocupações científicas de seu tempo, mas configurou um laboratório de práticas discursivas que anteciparam mecanismos mais amplos de biopolítica no século XX. Ao articular ciência, política e moralidade, projetou um modelo de poder que dispensava a violência explícita, mas operava por meio de reconhecimentos seletivos, exclusões simbólicas e legitimações recíprocas. A ausência de consenso não fragilizava o movimento, pelo contrário, a diversidade de posições fortalecia a rede ao permitir que todos se inscrevessem em um mesmo vocabulário científico.

Creio ser essa a contribuição central deste artigo: evidenciar que a história da eugenia não se reduz ao inventário de teorias raciais ou ao catálogo de medidas higiênicas. O que importa é compreender como, no entrelaçamento de cartas, impressos e congressos, se arquitetou uma política de prestígio que conferiu autoridade à ciência para governar a vida. No caso do Brasil e de Portugal, essa política assumiu contornos próprios, filtrada por tradições católicas, por memórias coloniais e por ansiedades em torno da mestiçagem. Sua herança permanece como advertência, a de que a ciência, quando convertida em tecnologia simbólica de poder, pode legitimar desigualdades e projetar futuros excludentes. Reconhecer essa dinâmica é, a meu ver, condição para que, ao estudar o passado, possamos também desvelar os mecanismos pelos quais a autoridade científica se inscreve no presente.

REFERÊNCIAS

AUTOR DESCONHECIDO. Recorte de jornal com crítica a obra de Renato Kehl “fazer obra mais modesta, mas sem dúvida mais útil, mais meritória e de muito mais alta significação social”. Fundo Renato Kehl, Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Rio de Janeiro, [s.d.].

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, 1929.

BONFIM, Paulo Ricardo. Educação e eugenia: as recomendações de Renato Kehl a educadores, pais e escolares. **History of Education in Latin America – HistELA**, v. 2, p. 1-16, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRAZIL-MÉDICO. Rio de Janeiro, ano XLIII, n. 37, p. 1131, 14 set. 1929.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Algés: Difel, 2002.

CLEMINSON, Richard. **Catholicism, race and empire: eugenics in Portugal, 1900–1950**. Budapest: Central European University Press, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FRÓES DA FONSECA, Álvaro. Os grandes problemas da antropologia. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Atas e trabalhos. Rio de Janeiro, 1929. p. 63-86.

FUNDO RENATO KEHL. Recortes de propaganda de obras de Renato Kehl, com preços de capa. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, [s.d.].

GOLDGAR, Anne. **Impolite learning**: conduct and community in the Republic of Letters, 1680–1750. New Haven: Yale University Press, 1995.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 17 jul. 1929.

KEHL, Renato. **Fada Hygia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923b.

KEHL, Renato. “Correspondência dirigida a António Mendes Correia”, 29 nov. 1923a. Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Fundo Antigo.

KEHL, Renato. **Bíblia da saúde**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

KEHL, Renato. A eugenia no Brasil. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Atas e trabalhos. Rio de Janeiro, 1929. p. 45-61.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.

LAURETTI, Patrícia. Cartilhas de bem viver. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/17/cartilhas-de-bem-viver>. Acesso em: 23 set. 2025.

LESSA, Almerindo. “Correspondência dirigida a Renato Kehl”, 4 out. 1934. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **Anthropology, nationalism and colonialism**: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology. New York: Berghahn Books, 2023.

MENDES CORREIA, António. **Raça e nacionalidade**. Porto: Edições da Renascença Portuguesa, 1919.

MENDES CORREIA, António. **Homo**: os modernos estudos sobre a origem do homem. Lisboa: Lumen, 1921.

MENDES CORREIA, António. “Correspondência dirigida a Renato Kehl”, 4 jun. 1923. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl.

MENDES CORREIA, António. “Correspondência dirigida a Renato Kehl”, 16 dez. 1925. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl.

MENDES CORREIA, António. “Correspondência dirigida a Renato Kehl”, 5 mar. 1926. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl.

MENDES CORREIA, António. “Correspondência dirigida a Renato Kehl”, 30 set. 1928. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl.

MENDES CORREIA, António. “Correspondência dirigida a Renato Kehl”, 10 jan. 1930. Centro de Documentação e História da Saúde – Fiocruz, Fundo Renato Kehl.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 18 set. 1928.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Atas e trabalhos. v. 1. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Atas e trabalhos. Rio de Janeiro, 1929. p. 119-147.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto: SPAE, 1923.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil**: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905–1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. **The hour of eugenics**: race, gender, and nation in Latin America. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain**: epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton: Princeton University Press, 2009.



TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history.**
Boston: Beacon Press, 1995.

Recebido em: 25 set. 2025.

Aceito em: 19 nov. 2025.